

## O ensino e aprendizagem da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos na educação infantil: por que e o que ensinar?

SILVIA DE SOUSA ARAÚJO OLIVEIRA\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo abordar a importância do ensino da história da África e dos africanos na Educação Infantil, as diferentes correntes historiográficas dos estudos africanos produzidos ao longo do tempo, estabelecendo uma relação entre tais correntes e o ensino de história da África preconizado pela Lei 10.639/2003. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, refletindo sobre as representações historiográficas sobre a África, influências na historiografia nacional e no ensino brasileiro, bem como sobre os desafios apresentados ao ensino da história africana na perspectiva da valorização da diversidade cultural e do fortalecimento da identidade dos afrodescendentes e da população negra em geral.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Historiografia africana; Ensino; Cultura Afro-Brasileira; Lei 10.639/03.

*The teaching and learning of the history and culture of afro-brazilians and africans in children education: why and what to teach?*

**Abstract:** The present article aims to address the importance of teaching African and African history in Early Childhood Education, the different historiographic currents of African studies produced over time, establishing a relationship between such currents and the teaching of African history advocated by Law 10,639 / 2003. It is a bibliographical research, reflecting on the historiographical representations on Africa, influences on Brazilian historiography and Brazilian education, as well as on the challenges presented to the teaching of African history in the perspective of the valorization of cultural diversity and the strengthening of the identity of Afro-descendants and the black population in general.

**Key words:** Child Education; African historiography; Teaching; Afro-Brazilian Culture; Law 10.639 / 03.



\* SILVIA DE SOUSA ARAÚJO OLIVEIRA mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Relações Étnico Raciais- PPGER pela Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB.



## 1. Introdução

O Governo Federal sancionou a Lei 10.639 de 2003 que dispõe a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana bem como instituiu a disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais na educação básica das escolas públicas e privadas mediante aos parâmetros das Diretrizes Curriculares Nacionais. Transcorridos quinze anos de vigência da Lei faz-se necessário refletir sobre o papel das escolas em relação à diversidade racial e sob qual perspectiva as práticas educativas tem incorporado os conteúdos suscitados pela legislação.

A obrigatoriedade do ensino da história da África traz uma série de reflexões acerca dos conteúdos e conhecimentos multidisciplinares no que tange ao universo africano. Na presente pesquisa crítica-reflexiva serão suscitadas algumas questões quanto à abordagem desse conhecimento histórico como as problemáticas envolvidas no trato dessa história, uma vez que durante muito tempo perdurou a exclusão dos povos não europeus, principalmente os povos

africanos, das narrativas tanto no campo histórico quanto no educacional.

Considerando a história de repressão e invisibilidade dos valores históricos e culturais da população africana e afro-brasileira, bem como a inferiorização de sua contribuição e de sua influência, através de preconceitos e estereótipos, é importante questionar sobre: Qual História da África é importante contar? Como abordar a História da África enquanto instrumento de formação da identidade? Afinal, quando se trata dos povos africanos é notável que ao longo do tempo as suas raízes históricas- ao invés de serem preservadas- foram destruídas pelo processo de dominação.

De acordo com Ki-Zerbo (2010) a historiografia africana produziu, ao longo de seu curso, diversas representações a respeito daquele continente: algumas delas são tão emblemáticas que resistem e são refletidas na atualidade. Segundo o estudioso, tais representações foram construídas lentamente desde a antiguidade, caracterizadas pelas noções de deslumbramento ou estranhamento

dentro de um contexto de descobertas e exploração na busca de riquezas. Outro entrave que dificultava a historiografia da África era a existência de algumas fronteiras no continente africano que pareciam quase intransponíveis: não somente o deserto escaldante, porém o próprio folclore projetado sobre as suas terras. Eis que, formadoras de opinião, as primeiras obras da historiografia africana impuseram determinados estereótipos que suprimiram elementos culturais reais em prol de uma ficção repleta de interesses da classe dominante ou das concepções ideológicas<sup>1</sup> de uma sobre as demais.

É imprescindível que seja efetivada pelos profissionais de Educação Infantil da História da África e da cultura africana- uma ressignificação da leitura das suas próprias concepções e sobre as representações historiográficas inerentes à África, assim como a incidência das influências na historiografia nacional e no âmbito do ensino brasileiro. Necessário, diante desse cenário representativo, avaliar os desafios apresentados na presente pesquisa no que diz respeito ao ensino da história africana para que de fato esta seja

alicerçada na valorização da diversidade cultura, no fortalecimento da identidade dos afrodescendentes e da população negra em geral fomentando então a reparação das expressões culturais africanas tão profusamente adulteradas e esquecidas.

## **2. Por que falar de ensino da história da África na educação infantil?**

A inclusão de conteúdos sociopolíticos e pedagógicos, mencionados pela Lei 10.639/03 tem por objetivo a reparação e valorização da identidade, história e cultura dos africanos e afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas e europeias, firmando um compromisso da educação com a diversidade onde se contesta a visão homogênea e eurocêntrica tão propagada no campo da ciência e da educação.

A percepção da necessidade da inclusão do ensino da História da África na educação infantil deve ir além do reconhecimento do ensino, apenas como cumprimento do dever cidadão, haja vista que deve representar a possibilidade de torná-lo um espaço de aprendizagem e de valorização da diversidade racial, rumo ao compromisso com uma política educacional igualitária e pluralista.

A ideia dos direitos democráticos e da diversidade cultural- lutas preconizadas pelo movimento negro e transformadas em legislação específica- tem como foco colocar em cheque a negação de racismos nas práticas educativas e a exclusão da cultura africana e afro-brasileira nas políticas curriculares do nosso sistema educacional, sugerindo que seja “[...] imperativo o debate da educação a serviço da diversidade, tendo como desafio a revitalização da

---

<sup>1</sup> Por ideologia conceitua-se um termo abrangente, pleno de diferentes significados, cujo senso comum relativiza como algo ideal, que traz um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas ou visões de mundo de um indivíduo ou de certo grupo, sendo orientado para suas ações sociais e políticas. No entanto, inúmeros autores, sob uma perspectiva mais crítica, partem da premissa de que ideologia, por vezes, torna-se um instrumento de dominação incisiva através do convencimento ou persuasão- sem a prerrogativa da força física- alienando a consciência humana. O termo ideologia foi usado de forma tácita pelo filósofo Antoine Destutt de Tracy e seu conceito foi veementemente debatido pelo filósofo alemão Karl Marx, onde ligava ideologia aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) criados pela classe social dominante.

autoimagem do povo negro.” (CAVALLEIRO, 2006, p.13).

A lei supracitada somente se validará e contemplará o que na teoria assegura se através dela for possível “[...] elaborar e dar sentido à história de um povo, dando a este povo instrumento para a formação de sua própria identidade.” (LIMA, 2003, p. 2). O pensamento de que a existência de uma legislação sobre o assunto é o suficiente para garantir a igualdade de direitos e de tratamento para todos é bastante equivocado e muitas vezes dar margem às práticas discriminatórias, representações simplificadas e estereotipadas e no estampido do racismo reproduzido.

Cabe ressaltar que a existência dos princípios democráticos e igualitários presentes na lei representam o reconhecimento de um avanço social e político relevantes, no entanto a inclusão deturpada e/ou distorcida da História e cultura afro-brasileira e africana no currículo poderá implicar na criação de uma identidade ou de uma autoimagem também disforme, fragmentada e desconstruída, a depender dos elementos ideológicos empregados no ensino e nas práticas educativas.

Ainda no ano da promulgação da lei a historiadora Lima (2003, p.5) conclamava atenção acerca dos desafios embutidos no ensino da História e cultura africana:

Quando a questão envolve séculos de desconhecimento e distanciamento intelectual. Não há como recuperar a africanidade de nossa História sem recuperar a própria História da África. E neste caso, trata-se de construir referências, recuperar memória, de trazer à tona tudo aquilo que não encontrou estímulo para sedimentar-se na cultura individual

e coletiva sobre o significado das relações com a África na nossa História.

É fundamental suscitar o questionamento nos próprios educadores sobre suas próprias crenças e concepções a respeito do ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira e reflitam sobre o seu papel e o da escola na promoção de mudanças significativas no quadro de discriminação, exclusão e silenciamento a que os negros estão submetidos tanto dentro quanto fora da escola.

### **3. O que ensinar sobre história da África? Representações historiográficas.**

Sob a égide da exigência legal os educadores se deparam com vários desafios: além de ensinar, deverão valorizar a cultura negra e a participação dos africanos e afro-brasileiros na constituição da sociedade brasileira, possibilitando ao negro além da reparação, a autopercepção sob outro viés que não o da escravidão ou da submissão.

Nessa perspectiva Mello e Souza (2012, p. 22) assevera que:

[...] somente conhecendo bem as sociedades africanas, suas histórias e os processos que nos ligam a elas, assim como desvendando as noções por trás da construção histórica e ideológica dos preconceitos contra o africano e o negro, teremos condições de analisar com consistência as manifestações afro-brasileiras e o lugar que os africanos e seus descendentes ocuparam no passado e ocupam no presente, no contexto da sociedade brasileira como um todo.

Na linha de entendimento vem à baila o Parecer CNE/CP nº 03/2004 cujo objetivo é criar um ambiente escolar que possibilite que a diversidade

brasileira seja manifestada de forma criativa e transformadora na superação dos preconceitos e discriminações étnico-raciais. E, no que se atém às responsabilidades, compete ressaltar que a tarefa não se delimita apenas ao educador - diante da consciência tanto do dever, como da relevância de se ensinar História e Cultura africana e afro-brasileira- contudo, se estende a todo o sistema de ensino brasileiro haja vista que ele procura oferecer repostas à demanda da população afrodescendente no que referencia às políticas de ações afirmativas que assegurem os sistemas de reparações, de reconhecimento e de valorização de sua história, cultura e identidade (BRASIL, 2013).

Assim sendo, o Parecer CNE/CP nº 03/2004 é uma política curricular erigida pelas dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira visando fortalecer o combate ao renitente racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros e dentro dessa conjuntura, propõe tanto ao sistema educacional quanto ao educador a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial (BRASIL, 2013).

Ao longo do tempo a historiografia ocultou e ignorou a contribuição das culturas africanas para a formação da sociedade brasileira onde os saberes oficiais excluía totalmente a história destes grupos humanos, propalando um processo de negação como forma de dominação ideológica e de controle social tendo como principal interesse o domínio sobre esses grupos.

A história da África foi contada sob o prisma do olhar europeu, ignorando os percursos dos povos africanos, suas

vivências e significações pessoais. Através de uma leitura distorcida sobre a cultura, preconceitos permearam o ensino e esconderam as especificidades da História da África. Nesse aspecto, o historiador Fage (2010) apresenta alguns estudiosos cujos trabalhos fomentavam o conceito de inferioridade africana citando, dentre eles, o filósofo alemão Hegel:

Hegel (1770-1831) definiu explicitamente essa posição em sua Filosofia da História, que contém afirmações como as que seguem: “a África não é um continente histórico ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento.”; “os povos negros são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação”. “eles sempre foram tal como os vemos hoje.” (FAGE, 2010, p. 8).

Baseados na ideia de raça e da superioridade e inferioridade racial, os estudos sobre a África eram incipientes, pejados de teor raciológico, ou seja, foram apenas prolongações dos conceitos e preconceitos inspirados pela academia europeia onde se atesta o papel representado pela história na legitimação de teorias e políticas racistas que colaboraram para a consolidação de uma sociedade racialmente hierarquizada.

Observa-se, por outro lado, a representação da África como lugar no qual eram subtraídos os escravos para se tornarem objetos da dominação, “[...] sujeitos à exploração, à dominação, à destruição, à opressão e quando resgatados como sujeitos, lutavam, mas perdiam sempre. De maneira que continuavam sendo coisificados ou quase invisíveis.” (LIMA, 2003, p. 4).

É perceptível que houve uma longa tradição no tocante ao menosprezo às sociedades e culturas africanas,



O movimento pan-africanista sofreu muitas críticas haja vista que empregou o mesmo conceito de raça utilizado pelo eurocentrismo para justificar a escravidão e opressão dos negros como também para que pudesse servir para uni-los e libertá-los, arregimentando assim uma oblíqua forma paradoxal.

Outro fator de crítica incidiu sobre a assimilação dos valores "civilizatórios" europeus e o uso dos métodos ocidentais de produção científica. Para alguns estudiosos, as reivindicações do movimento pan-africanista não passavam de uma forma de racismo às avessas pautando-se no afrocentrismo. Dentre os autores que foram contrários ao movimento destaca-se aqui Fanon (1968) aduzindo que os intelectuais colonizados em face da luta contra o colonialismo, ao tentarem exaltar a África através da cultura acabaram por se apropriar do mesmo discurso generalizante colonialista.

Vale ressaltar que o pan-africanismo ganhou força e representações dentro e fora do continente africano e, apesar das ambiguidades e das críticas sofridas, contribuiu significativamente para o campo da produção historiográfica sobre a África, trazendo profundas mudanças nas formas de se pensar e escrever a história do continente. Nesse sentido Lopes (1995, p. 27-28) alude que:

[...] se hoje é possível que um historiador africano esteja abordando a historiografia da África, é graças a esse pan-africanismo que produziu a base para novos historiadores libertos dessa necessidade de impor uma superioridade africana, “uma nova escola de historiadores africanos despojados de cargas emocionais dos seus predecessores”, com preocupação apenas de serem historiadores”.

Outra vertente influenciadora da produção historiográfica sobre o continente africano foi o Movimento de Negritude que buscou em suas interpretações exaltar as expressões artísticas, políticas e conceituais da África, apresentando a ideia de uma unidade cultural e patrimonial entre os povos africanos (SOUZA E SILVA, 1996). Entretanto, a vertente também sofreu críticas por ser vista como homogeneizante e não considerar aspectos como a pluralidade, as especificidades e a diversidade dos africanos que viviam dentro e fora do continente. Um dos críticos, Munanga, contesta que:

[...] todos, no continente como na diáspora, são vítimas do racismo branco. Ao nível emocional, essa situação comum é um fator de unidade, expressa pela solidariedade que ultrapassa as outras fronteiras. E, como se sabe, grandes mobilizações políticas e ideológicas podem ser feitas, partindo-se da emoção entre povos diferentes. Não é possível percorrer caminhos paralelos, por tanto cada grupo de negros deve adaptar-se e reajustar o conteúdo de sua NEGRITUDE, respeitando sua especificidade social, econômica, política e racial. A de um cubano, brasileiro, sul-africano e americano não devem ser reduzidas a um denominador comum, apesar da solidariedade (MUNANGA, 1988, p. 31).

Tem-se que as representações que subjogavam o continente africano e aquelas de reação ao jugo europeu traziam imbricadas no seu cerne os mesmos valores eurocêntricos, a homogeneização e a ocultação das especificidades da história da África. Justamente em oposição a essa perspectiva que surgiu um grupo de historiadores mais conscientes da

diversidade que caracteriza o continente africano, questionando as formas de generalização que não abarcavam e nem definiam o povo da África e da diáspora. Africanistas do próprio continente reivindicaram que a história fosse escrita considerando a sua pluralidade e trouxeram à tona uma nova óptica da História da África, contada pelos próprios africanos.

Estudiosos como Diop, Munanga, Ki-Zerbo, Moore, entre outros se esforçaram para abordar o estudo da História da África com um olhar mais criterioso e com uma abertura de espírito aos modos de ser e de pensar dos africanos, através de fontes originais, o que estimulou a reflexão sobre o processo de construção do conhecimento e sobre o processo civilizatório, questionando os parâmetros preconceituosos e reducionistas que subsidiaram e ainda embasam a análise histórica em relação aos povos africanos e da diáspora.

Pelos estudos de Moore (2008) houve significativa evolução da situação da produção de conhecimento a respeito do pensamento africano no cenário nacional e mundial, onde especialistas de todas as esferas demonstraram preocupação em questionar as simplificações impostas pela concepção linear, excludente e preconceituosa da história universal, visando modificar a base deformada e racista da então historiografia.

[...] as novas gerações de especialistas africanos exibem um pensamento crítico de qualidade que privilegia o rigor científico e a busca da verdade a qualquer custo, em contraposição àquele pensamento, tentador, que consistiria na apologia sistemática do passado pré-islâmico ou pré-colonial. Ao mesmo tempo, a maioria desses cientistas mostra

uma preocupação empática pelo destino de um continente abalado, razão talvez pela qual tenham produzido obras que incomodam, ou cujas conclusões frequentemente conflitam com as interpretações dominantes. Em todo caso, a historiografia africana está em pleno processo de descolonização intelectual, graças às obras de uma nova estirpe de historiadores africanos, entre os quais o nome do senegalês Cheikh Anta Diop, grande abridor de portas epistemológicas, permanecer para sempre como merecedor de uma especial reverência (MOORE, 2008 p. 205).

Sob esse novo ponto de vista, a reconstrução da história da África surge vinculada ao propósito de fortalecimento da identidade dos afrodescendentes, sinalizando a necessidade da quebra de mitos em relação ao continente africano. O que está em questão não é a troca do foco eurocêntrico pelo afrocêntrico e sim “[...] voltar um novo olhar para África como um continente rico em possibilidades e não mais como dependente de outros saberes” (OLIVEIRA E SOUZA, 2012, p. 111).

Trazendo essa reflexão para o cenário nacional é importante compreender o quanto a história do Brasil tem suas raízes pautadas no pensamento eurocêntrico, na ideia da superioridade e inferioridade das raças. O preconceito racial foi trazido pelos portugueses desde o período da colonização e aqui permaneceu quase intacto durante séculos, influenciando os pensadores brasileiros.

A estrutura social do Brasil-Colônia já foi caracterizada como sendo organizada à base de relações predominantemente de submissão. Submissão externa em relação à metrópole, submissão interna da

maioria negra ou mestiça (escrava ou semiescrava) pela minoria ‘branca’ (colonizadores). Submissão interna refletindo-se não só nas relações de trabalho como também nas relações familiares [...] (RIBEIRO, 1992, p. 37).

A escola foi introduzida no Brasil como parte do projeto de colonização que abarcava como condicionantes os elementos da cultura europeia e a mesma estrutura de submissão, justificada pelo mito fundador racista<sup>2</sup> impondo uma ideologia de subjugação que tinha como objetivo eliminar as identidades dos povos dominados (índigenas e africanos). Exemplifica-se nas palavras de Guimarães (1988) onde aludem que:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos,

<sup>2</sup> Nas elucidações da filósofa e professora Marilena Chauí (2000, p. 6), “O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente.” Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que a democracia racial e pacifismo formam o arcabouço do “mito fundador” do Brasil, dessa forma, o racismo é uma ideologia que traslada o tempo e acompanha o desenvolvimento e transformações históricas da sociedade brasileira.

sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Fato importante de se abordar em relação à escrita da história do Brasil foi a realização de um concurso para premiar o trabalho que melhor descrevesse como tal história deveria ser contada. Concurso que teve como vencedor o alemão Von Martius, que segundo Reis (2006) trazia em suas linhas gerais:

Uma história que realizasse um elogio do Brasil, dos seus heróis portugueses do passado distante e recente, que expressasse uma confiança incondicional em seus descendentes. Uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e à fragmentação; isto é, abortaria o Brasil que lutava para se constituir como poderosa nação” (REIS, 2006, p. 28)

Em resposta ao projeto de interpretação do Brasil proposto por Von Martius a historiografia nacional se dividiu entre aqueles grupos que se posicionaram de forma positiva ou negativa em relação à participação do negro na história do Brasil. Dentre as interpretações, surge a obra *Casa grande e senzala*, publicada em 1933 por Gilberto Freyre, causadora de grande impacto nas representações a respeito do negro e da miscigenação. A obra propagou o sentimento de unidade nacional, enfatizando a mestiçagem e as relações amistosas entre as três raças, embora privilegiasse a raça branca, motivo de orgulho para os brasileiros (REIS, 2006).

Segundo Guimarães (1988) deu-se, então, o surgimento das bases para a construção do “mito da democracia racial”, embora Freyre não tenha feito

uso desse termo. Essa ideia foi amplamente aceita entre os brasileiros, principalmente no meio acadêmico, difundindo-se a crença da não existência do racismo ou discriminação racial no Brasil, afirmando que o país oferecia as mesmas oportunidades para todos independente das etnias. Essa ideia foi amplamente refutada em estudos posteriores, a exemplo do autor Florestan Fernandes, que contestou com veemência o mito da democracia racial<sup>3</sup>.

Para apaziguar essas diferenças alastrou-se a falsa ideia de democracia e nesse sentido verifica-se que a escola brasileira não escapou a esse discurso,

---

<sup>3</sup> Um dos objetivos do autor Florestan Fernandes na sua obra *A integração do negro na sociedade de classes* é o de demolir o mito da “democracia racial” no Brasil com base na análise de diversos dados referentes ao povo negro, concluindo que a Abolição da escravidão libertou os negros “oficialmente”, todavia a discriminação e a submissão da população negra aos brancos ainda era e é tangível na vida diária desse povo. Há relatos de pais e mães sobre a questão da importância dos estudos para dirimir a opressão sofrida pelos negros, todavia a criança negra além de não levar adiante os seus estudos, não contava com o auxílio da escola, era discriminado pelos colegas brancos e inclusive pelos professores; aduz ainda que o maior embate encontrava-se no estio familiar e através de outros conhecidos negros que afirmavam que estudar era inútil haja vista o negro- ainda que letrado- jamais seria aceito no universo dos brancos. Florestan passa a desconstruir o mito da democracia racial brasileira uma vez que o problema racial brasileiro é que as pessoas até hoje acreditam que há a vivência real nessa suposta “democracia racial”, logo exime o governo da reparação e reconhecimento da identidade negra, pois todos são iguais. Contrariamente o que se vê é que quando os negros lutam pelo direito de estarem na mesma situação ou vem a competir com o branco em igualdade, gera-se o incômodo, o repúdio, as terminologias racistas habituais, eclodindo o racismo latente. Eis que o povo negro e todos que lutam pela igualdade já não aceitam mais o simulacro da democracia racial.

onde “[...] geralmente na escola trabalha-se como se não houvesse diferenças a partir de um discurso de igualdade entre as crianças, apesar de ocorrerem práticas ostensivas de diferenciação, principalmente de caráter racial e estético” (ABRAMOWICZ, 2010, p. 91).

O professor e pesquisador Oliva (2009) apresenta um panorama de como a História da África foi retratada nas escolas brasileiras e das representações a respeito do continente africano, apontando a existência de “[...] grandes lacunas e intensos esquecimentos.” (p. 160), uma trajetória histórica marcada pela ausência da participação do negro e dos seus descendentes nos currículos escolares e pela legitimação de uma interpretação historiográfica marcada pelo silenciamento em relação à temática.

Nesse estudo, Oliva (2009) citando a historiadora Pantoja (2004), afirma que a relação do continente africano com a educação brasileira caracteriza-se pela gritante escassez de informação ou pelo silêncio perturbador. Esse silêncio traz em si muitos embates quando se entende que “[...] historicamente o continente africano é visto invariavelmente como fornecedor de escravos [...]” (PANTOJA, 2004 apud OLIVA, 2009, p. 160).

E, com o escopo de destacar os silêncios acerca da África nos bancos escolares brasileiros, Oliva ainda apresenta as reflexões do historiador Zamparoni, que julga tais silêncios como frutos de uma percepção eurocêntrica e parcial da história da humanidade:

Quem olha para os currículos escolares, do primeiro grau à universidade - salvo raras exceções - não vê a presença negra, senão restrita a algumas lamúrias nas poucas páginas dedicadas à

escravatura. Nossos currículos, no entanto, são eurocêntrico (ZAMPARONI apud OLIVA, 2009, p.161).

A historiadora Mônica Lima (2003), também alerta que as origens do descaso e das ausências da temática africana nos currículos escolares são de longa tradição e estão pautadas pelas posturas de alguns intelectuais brasileiros que apresentaram a África como "[...] lugar atrasado, inculto, selvagem, terra da barbárie" ou como "vítima, do tráfico, do neocolonialismo, do capitalismo." (LIMA, 2003, p.5).

Nessa linha de explanação, é necessário defender a ideia de que para combater uma tradição multissecular de leituras preconceituosas e eurocêntricas seria preciso destacar aspectos da trajetória histórica africana, considerando as singularidades do continente. O autor Oliva (2009) traz a lume os especialistas que em seus estudos referenciaram à questão da construção da identidade nacional brasileira e o lugar da africanidade nessa identidade, numa perspectiva de combate ao racismo e fortalecimento da identidade das crianças.

Dentro desse contexto foi implantada a lei 10.639/2003, fruto de luta dos Movimentos Negros, assegurando a obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica Nacional para que haja o acesso- tanto aos negros quanto aos não negros- às novas possibilidades de conhecer as referências históricas da população africana e da sua diáspora, enaltecendo assim o orgulho da contribuição do povo afrodescendente para o Brasil, com base na diversidade sociocultural presente na composição do país.

Contribuições essas que vão além da tradicional referência aos elementos

culturais como culinária, dança, música e linguagem, que apesar de serem importantes não foram as únicas expressões da capacidade dos povos africanos e da diáspora dando corpo a intervenções no campo intelectual e na sustentação técnica e econômica da sociedade brasileira.

Aqui a cultura afro-brasileira é vista como um espaço de lutas políticas. Por isso a cultura afro-brasileira deve ser entendida em perspectiva histórica e antropológica, vendo como as práticas são inventadas e reinventadas de acordo com as novas necessidades dos sujeitos negros. Desta forma, ela é dinâmica e não mecânica. Ela é um lugar de inteligência e que tem uma lógica própria de significação e funcionamento. Os autores da nova história não negam a música, a dança, o candomblé etc. como lugares icônicos da cultura afro-brasileira, mas pondera que precisamos conhecê-los por dentro, sem estereótipos e preconceitos, ao passo que ainda destacam novos lugares simbólicos da cultura afro-brasileira: a gastronomia, a política (enquanto relações de poder), a linguagem, a ciência, a afetividade, a literatura etc.(GOMES, 2015 p. 108).

O ensino da História da África requer uma mudança de representações e de práticas, na premissa da construção e desconstrução dos saberes em relação ao continente africano, evidenciando a influência dessa herança cultural e da contribuição valiosíssima para a constituição da identidade cultural do Brasil tendo um compromisso político, questionador de paradigmas eurocêntricos que serviram para marginalizar, desqualificar, omitir, distorcer e negar as contribuições africanas para a humanidade . Dessa maneira, propõe uma escola em que "[...]

cada um se sinta acolhido e integrante, as contribuições de todos os povos para a humanidade estejam presentes, não como uma lista de conteúdos, mas como meios que conduzam ao conhecimento, compreensão e respeito e a uma sociedade mais justa e solidária”. (SILVA, 2010, p. 41).

Transcorridos tantos anos de vigência da Lei finaliza-se o presente estudo com a transcrição do trecho "não há como recuperar a nossa africanidade sem promover um resgate de uma história que inspire orgulho de pertencimento, que desperte a curiosidade e aguace o interesse a admiração." (LIMA, 2003, p. 7).

#### **4. Considerações finais**

A promulgação da lei 10.639/2003 incentivou a elaboração de novas pesquisas e ampliou significativamente as discussões sobre o ensino numa perspectiva de uma reconstrução da história da África e do fortalecimento da identidade dos afrodescendentes, requerendo a quebra de concepções estigmatizantes que conduziram a historiografia e o trato com o conhecimento histórico a respeito do continente africano.

Novos olhares são lançados sobre a história africana e a exigência da lei se converteram numa exigência também teórica, epistemológica, acadêmica, cultural e política. Indo além da obrigatoriedade, o ensino da História da África, num arcabouço de problematização e enriquecimento do universo histórico e cultural dos alunos, requer que tanto o sistema educacional quanto os que ali estão inseridos sejam capazes de estabelecer novas reflexões, trazendo aspectos teóricos que possam contribuir para a propagação de novos paradigmas em relação à história africana; somente assim lutar-se-á por

uma educação reparadora, valorando e retomando tudo o que historicamente foi negado ou falseado pela historiografia de visão eurocêntrica.

Sendo assim, faz-se fundamental que a sociedade tenha consciência de como a literatura historiográfica, pautada nas teorias científicas produtoras das diferenças étnicas e da dominação das raças superiores sobre as inferiores, norteou a prática do ensino de História da África e da cultura africana e afro-brasileira nas práticas educativas e reconheçam o seu papel no processo de construção e desconstrução das representações sobre o continente africano, tratando, portanto, não de preservar essa cultura e sim de dar-lhe a profunda ressignificação, na luta, em busca da emancipação e reparação.

#### **Referências**

ABRAMOWICZ, A.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça**. Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Minas Gerais: Autêntica, 2010, v. 1, p. 75-96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. **Lei 10.639/03. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. CNE/CP 3/2004, resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Brasília, DF, junho/ 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília: MEC, SECADI, 2013. 104 p.

CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CHAUÍ, M. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. 2000. Disponível em: <https://blogdorosuca.files.wordpress.com/2010/>

11/brasil-mito-fundador-e-sociedade-autoritaria.pdf. Acesso em: 09 jul. 2019.

FAGE, J. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org.) **História Geral da África**, v. I. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-22.

FANON, F. **Os condenados da terra**. J. L. de Melo (trad.) Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classe** (No limiar de uma nova era). Vol. 2. São Paulo: Editora Globo, 2008.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na Sala de Aula: visita à história Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África**. Vol. I. Brasília: UNESCO, 2010.

LIMA, M. Fazendo soar os tambores: o ensino de história da África e dos africanos no Brasil. **Cadernos Penesb**, Niterói, Eduff, v. 5, p. 159-173, 2000.

LOPES, C. A Pirâmide Invertida – historiografia africana feita por africanos. In: **Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África**. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29.

MELLO E SOUZA, M. de. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 1, p. 17-28, São Paulo, jun./ 2012.

MOORE, C. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. 2. ed. São Paulo: Global/Ação educativa, 2006.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVA, A. **A história africana nas escolas brasileiras**. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). In: **História**. São Paulo, v. 2, n. 28, p. 143-172, 2009.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SOUZA E SILVA, Manoel de. **Do alheio ao próprio: a poesia em Moçambique**. São Paulo: EDUSP, 1996.

Recebido em 2019-04-08  
Publicado em 2019-09-11